

POLÍTICAS PÚBLICAS E ENSINO SUPERIOR NO SÉCULO XXI: A PRESENÇA DO REUNI EM PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES DO NORDESTE BRASILEIRO

Public Policies and Higher Education in the 21st Century: The Presence of REUNI in Small and Medium Cities in the Brazilian Northeast

Políticas Públicas y Educación Superior en el Siglo XXI: La Presencia de REUNI en las Pequeñas y Medianas Ciudades del Nordeste Brasileño

Carla Camila Gomes FREITAS – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-2935-0616>

URL: <http://lattes.cnpq.br/5587729521681688>

EMAIL: ccamila2022@gmail.com

Maria Regiane da COSTA – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0001-5875-7768>

URL: <http://lattes.cnpq.br/5579837413308986>

EMAIL: regiane3074@gmail.com

Denise Cristina BOMTEMPO – Universidade Estadual do Ceará (UECE)

ORCID ID: <https://orcid.org/0000-0002-0720-2110>

URL: <http://lattes.cnpq.br/0567472021592725>

EMAIL: denise.bomtempo@uece.br

RESUMO

Nos primeiros quinze anos do século XXI, mormente após o ano de 2003, o Brasil mostrou-se com importantes políticas transversais, desde políticas governamentais de cunho nacional, até políticas locais. Neste sentido, o presente trabalho intenta apresentar as principais políticas públicas desenvolvidas no início deste século, com o objetivo principal de abordar as políticas educacionais voltadas para a oferta de ensino superior gratuito. Diante disso, destacamos a importância da criação da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), implantada em 2005 na cidade média de Mossoró – Rio Grande do Norte, que depois se expandiu exponencialmente para outras cidades de menores funções urbanas no estado. A princípio, foi realizado estudo teórico metodológico acerca do assunto, em seguida levantamento de dados secundários e oficiais da universidade estudada, em um terceiro momento, foi organizado e selecionado as informações pertinentes ao tema, juntamente com o tratamento e organização da pesquisa. Nesta esteira, ganhou relevância o programa de Reestruturação das Universidades Federais, o Reuni, que, além de criar Instituições de Ensino Superior (IES), contribuiu para a expansão de novos campi, cursos e estruturas nas diferentes esferas do país. A partir deste estudo podemos constatar que até o início deste século a oferta de ensino, sobretudo das IES federais, se manteve muito concentrada em áreas específicas do país, culminando em disparidades regionais e intrarregionais na distribuição de universidades e matrículas. No entanto, evidenciamos que depois dos anos 2000, mormente após 2005, as políticas educacionais brasileiras se apresentaram com preponderante presença em diferentes escalas

Palavras-chave: Política Educacional; Ensino Superior; Pequenas e Médias Cidades.

<http://periodicos.apps.uern.br/index.php/GEOTemas/index>

This is an open access article under the CC BY NC Creative Commons license

Copyright (c) 2023 Revista Geotemas

Histórico do artigo

Recebido: 08 fevereiro, 2022

Aceito: 02 maio, 2023

Publicado: 21 maio, 2023

ABSTRACT

In the first fifteen years of the 21st century, especially after the year 2003, Brazil showed itself with important transversal policies, from government policies of a national nature, to local policies. In this sense, the present work attempts to present the main public policies developed at the beginning of this century, with the main objective of approaching educational policies aimed at offering free higher education. In view of this, we highlight the importance of the creation of the Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), implemented in 2005 in the medium-sized city of Mossoró - Rio Grande do Norte, which later expanded exponentially to other cities with smaller urban functions in the state. At first, a theoretical methodological study was carried out on the subject, then a survey of secondary and official data from the university studied, in a third moment, the information relevant to the subject was organized and selected, together with the treatment and organization of the research. In this wake, the program for the Restructuring of Federal Universities, Reuni, gained relevance, which, in addition to creating Higher Education Institutions (HEIs), contributed to the expansion of new campuses, courses and structures in different spheres of the country. Based on this study, we can see that until the beginning of this century, education provision, especially at federal HEIs, remained very concentrated in specific areas of the country, culminating in regional and intraregional disparities in the distribution of universities and enrollments. However, we show that after the 2000s, especially after 2005, Brazilian educational policies were preponderantly present at different scales.

Keywords: Educational Policy; Superior Teaching; Small and Medium Cities.

RESUMEN

En los primeros quince años del siglo XXI, especialmente después del año 2003, Brasil se mostró con importantes políticas transversales, desde políticas gubernamentales de carácter nacional, hasta políticas locales. En ese sentido, el presente trabajo intenta presentar las principales políticas públicas desarrolladas a principios de este siglo, con el objetivo principal de abordar las políticas educativas encaminadas a ofrecer una educación superior gratuita. Frente a eso, destacamos la importancia de la creación de la Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA), implantada en 2005 en la ciudad de mediano porte de Mossoró - Rio Grande do Norte, que luego se expandió exponencialmente a otras ciudades con menor presencia urbana. funciones en el estado. En un primer momento se realizó un estudio teórico metodológico sobre el tema, luego un relevamiento de datos secundarios y oficiales de la universidad estudiada, en un tercer momento se organizó y seleccionó la información relevante al tema, junto con el tratamiento y organización de la investigación. En esa estela, cobró relevancia el programa de Reestructuración de las Universidades Federales, Reuni, que además de crear Instituciones de Educación Superior (IES), contribuyó a la expansión de nuevos campus, cursos y estructuras en diferentes ámbitos del país. Con base en este estudio, podemos ver que hasta principios de este siglo, la oferta educativa, especialmente en las IES federales, permaneció muy concentrada en áreas específicas del país, culminando en disparidades regionales e intrarregionales en la distribución de universidades y matrículas. Sin embargo, mostramos que después de la década de 2000, especialmente después de 2005, las políticas educativas brasileñas estuvieron preponderantemente presentes en diferentes escalas.

Palabras clave: Política Educativa; Enseñanza Superior; Pequeñas y Medianas Ciudades.

1 INTRODUÇÃO

Nos anos dos quinze primeiros anos do século XXI, o Brasil vivenciou marcos intervenientes em diferentes escalas do país, isso se deu sucessivamente no limiar de

políticas públicas diversas, além de “programas desenvolvidos pelos agentes que têm atuação na esfera pública e privada. Tais políticas, entre outros, tiveram como ponto central a dinamização de regiões e Estados, até então, não entrelaçados pela atuação de investidores nacionais e globais” (SENA; BOMTEMPO, 2019, p. 04). Conforme Melo (2014), embora as políticas não tenham sido estritamente econômicas, e sim de cunho social, contribuíram gradativamente para as convergências das disparidades regionais, entre regiões historicamente desprovidas de serviços e políticas, como foi o caso do Nordeste brasileiro. Segundo este autor, as políticas sociais foram e devem continuar sendo os vetores-chave da fase de desenvolvimento dessa região.

No período de transição do século XX para o XXI, o país já vivenciou certa efervescência na constituição de implementação de políticas voltadas tanto para o ensino técnico, que se deu pela criação e expansão territorial de novos Institutos Federais, quanto para a rede de universidades (BRASIL, 2007). Vale salientar que este exaltado movimento foi influenciado por uma escala maior, a global, na qual o mundo já vinha caminhando para desdobramentos cada vez mais técnicos e científicos (SANTOS, 2006) e também informacionais, de modo que era necessário qualificar a mão de obra. No caso do Reuni, há autores que defendem a ideia de que este programa tenha sido influenciado pela chamada Reforma/Processo de Bolonha, a qual visou a implantação de uma política educacional universitária comum aos estados membros da União Européia e outros, num total de 45 países. Esta reforma teve como objetivo construir um espaço de educação superior compatível e atrativo para os estudantes europeus e também de outros continentes, além de manter a identidade dos países de origem dos alunos. Portugal foi o primeiro país a adotá-la (ROCHA; VAIDERGORN, 2010; CAMILO, 2013).

Por sua vez, o objetivo deste artigo é explicar a influência do Reuni na expansão da oferta de ensino superior, que, para além de ser uma política nacional, contribuiu na oportunidade de se cursar o ensino superior nas escalas menores (pequenas e médias cidades), mormente no interior nordestino. Nesse ínterim, apresentamos a importância da implementação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), criada pela Lei 11.155 de 29 de julho de 2005, na cidade média de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, de onde posteriormente se expandiu para outros municípios de menores funções urbanas, sendo estes Angicos, Caraúbas e Pau dos Ferros.

Na rede urbana brasileira, as cidades ditas médias se apresentam como importante nó que interliga diferentes cidades de tamanhos distintos na escala nacional; por outro lado, na rede urbana global, estas podem ser lidas como um nó menos importante, mas sem

deixar de contribuir com outras dinâmicas (CORRÊA, 2007). As cidades pequenas, por sua vez, desempenham funções diferenciadas, onde é possível estabelecer tipos ideais de pequenas cidades enquanto nós de ampla e complexa rede de cidades (CORRÊA, 2011).

Não obstante, os estudos sobre a interiorização e expansão de políticas públicas voltadas ao ensino superior, vem sendo objeto de estudo nos últimos anos em diferentes áreas do conhecimento, como: Sociologia, Direito, Planejamento Urbano e Regional, Economia, Demografia e também na Geografia, a qual destacamos os trabalhos Freire (2020) estudou a influência da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e a dinâmica numa cidade média; Valença (2018) explicou os novos papéis e funções da cidade média de Caruaru/PE a partir da expansão do ensino superior; Pereira (2018) apresentou o espaço socialmente produzido por meio das políticas de expansão e acesso ao ensino superior a partir do Campus Pontal da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

Salientamos que grande parte da bibliografia produzida acerca do assunto ora abordado, se desenvolveu após os anos de 2010, embora as políticas tenham iniciado ainda em 2003. Neste sentido, buscamos contribuir com os estudos voltados à rede federal norte-rio-grandense por meio da UFERSA, que tem como característica a interiorização no semiárido brasileiro.

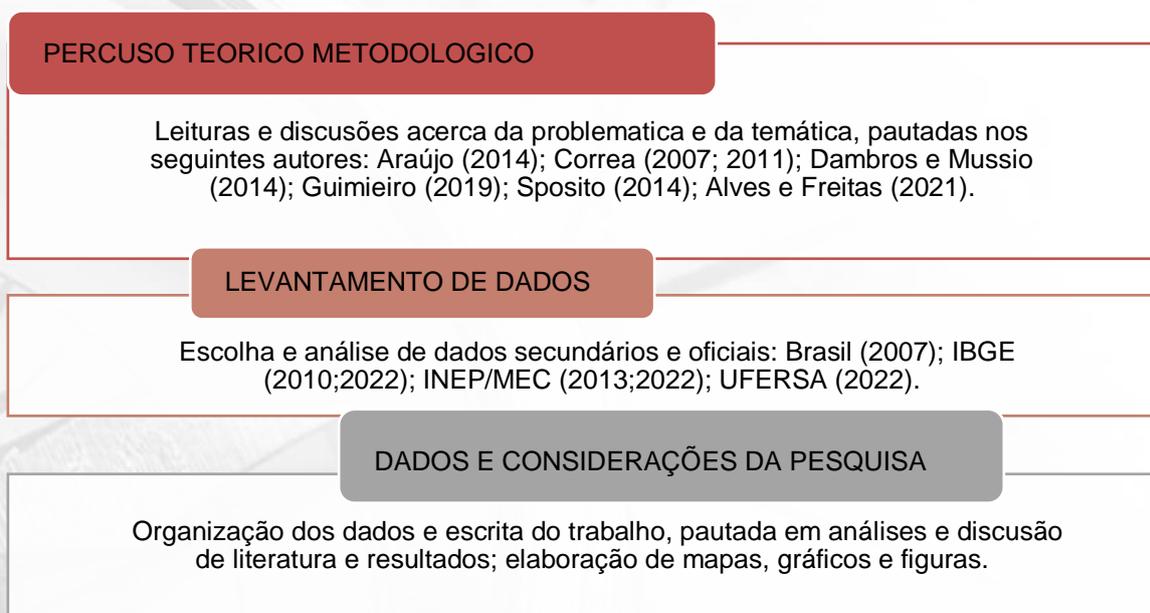
O presente artigo está dividido em cinco seções: a seção 1, esta introdução, na qual esclarecemos a problemática e as considerações iniciais da pesquisa; a seção 2, intitulada *Percurso metodológico*, na qual buscamos traçar o caminho da pesquisa e os métodos utilizados para realização e conclusão; a seção 3, intitulada *Políticas públicas e expansão do ensino superior*, a qual apresenta uma breve discussão sobre política, políticas públicas desenvolvidas no século XXI, e as políticas de ensino superior; a seção 4, intitulada *O REUNI nas pequenas e médias cidades: estudo a partir da UFERSA*, que versa sobre a implantação e expansão de uma Universidade Federal no sertão nordestino, bem como sua potencialidade na oferta de cursos de graduação para as populações que vivem em pequenas e médias cidades; e por fim a seção 5, as *considerações finais*, na qual apresentamos as conclusões e os apontamentos das entrelinhas diante do que foi investigado ao longo deste artigo.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

O presente trabalho está dentro das abordagens das ciências humanas e sociais. *A priori*, acreditava-se que as políticas desenvolvidas nos quinze primeiros anos do século

em vigência afetaram diferentes escalas no país. A principal justificativa deste artigo é a contribuição nos estudos sobre a importância das universidades para com as comunidades em que estas estão inseridas, mas também intenta explicar a influência de políticas públicas nas diferentes esferas do país. Neste sentido, para a construção deste artigo, foram realizados três momentos importantes, vejamos (Figura 01):

Figura 01 – Percurso da Pesquisa



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Sobre os estudos bibliográficos, destacamos a importância destes para o bom andamento e construção de pesquisa pautada em algum alicerce teórico metodológico. A “principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente” (GIL, 2002, p. 44). Neste trabalho, as principais referências são livros e periódicos.

Por sua vez, para a organização dos dados secundários, de início, averiguamos dados e Leis que dão alicerce à efetivação de políticas de expansão do ensino superior, bem como às políticas de diferentes ministérios, até chegar nas educacionais e de ensino superior. Com isto, podemos identificar que houve uma preponderante criação de novas IES em todo território — que, embora tenham sido oriundas de políticas governamentais, atingiram diretamente a escala local. De acordo com o Ministério da Educação, até o ano de 2002 o país tinha 148 *campi* de Universidades Federais; e no de 2014, com as políticas

de descentralização, esse número subiu para 321 *campi* – ou seja, 173 *campi* foram criados em 12 anos.

Não obstante, destacamos neste trabalho a criação da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA) e sua expansão no território potiguar, por meio da adaptação da política do Reuni. Deste modo, se fizeram necessários estudos descritivos e exploratórios para compreender tal expansão e como esta IES se apresenta em oferta de cursos para com a comunidade em que está inserida. Os dados foram tabulados e apresentados em mapa e quadros, além de gráficos com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação.

3 POLÍTICAS PÚBLICAS E EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR

As políticas públicas não acontecem de maneira isolada, direta ou indiretamente, uma vez que não se constrói uma política pública sem o povo e sem o Estado, por isso a importância do planejamento em conjunto, que na maioria das vezes parte do Estado. A Política em si, que é uma palavra de origem grega, *politikó*, que expressa a condição de participação da pessoa que é livre nas decisões sobre os rumos da cidade, a *pólis* — e a palavra pública, por sua vez, é de origem latina, *publica*, e significa povo, do povo —, entretanto é o Estado o agente de fundamental importância no acontecimento da política pública e sua efetivação junto a sociedade (OLIVEIRA, 2010; DAMBROS; MUSSIO, 2014). As políticas públicas sempre influenciam nos locais onde são instaladas, seja de maneira positiva ou negativa (JESUS, 2018).

Conforme Muller e Surel (2002), para que tais políticas existam na prática, é preciso que as diferentes declarações e/ou decisões sejam reunidas por um quadro que parta do geral, das ações que funcionam como uma estrutura, que mobilize elementos de valor e de conhecimento, bem como instrumentos de ação particulares, com o fim de realizar objetivos construídos pelas trocas entre os atores públicos e privados. Para estes autores,

Toda política pública assume, de fato, a forma de um espaço de relações interorganizacionais que ultrapassa a visão estritamente jurídica que se poderia ter a respeito: uma política pública constitui uma “ordem local” (MULLER; SUREL, 2002, p. 19)

Em estudo recente sobre a importância das políticas públicas educacionais no Brasil, Delgado e Silva (2018) destacam a relevância do ensino para com a sociedade, isso

porque tais políticas são como agentes que podem desconstruir a desigualdade social, bem como dar acesso e condição para adquirir o aprendizado com qualidade e eficiência. Por sua vez, a política pública educacional “é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais” (OLIVEIRA, 2010, p. 97).

O Brasil, no início do século XXI, sobretudo após o ano de 2003, vivenciou um cenário de mudanças significativas. Isso se deu em paralelo às políticas públicas e sociais que desencadearam preponderantes encaminhamentos de planejamento, que até então se apresentavam como “questões” em aberto. Entre as diferentes políticas sociais, destacamos os programas: Bolsa Família, criado em 2003, que visava a redistribuição de renda no intuito de combate à pobreza; Minha casa Minha vida – PMCMV, criado em 2009, que tinha o intuito de subsidiar a aquisição da casa ou apartamento próprio para famílias com renda até 1,8 mil reais; Luz para Todos, criado em 2011, que tinha como objetivo levar a luz elétrica a áreas do país que ainda não dispunha desse serviço (BRASIL, 2003; 2011).

Para além das citadas políticas, o país também pôde vivenciar uma transformação com as chamadas políticas educacionais. Aqui nos deteremos às que visam a expansão do ensino técnico e superior: o Programa Universidade para Todos – Prouni (2004); o Fundo de Financiamento Estudantil – Fies, criado em 2001 e reformulado em 2010; o Sistema de Seleção Unificada – Sisu¹, que reúne em um sistema eletrônico gerido pelo MEC as vagas ofertadas por instituições públicas de ensino superior de todo o Brasil, sendo a maioria delas ofertada por universidades e institutos federais; além do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – Reuni, que foi implementado por decreto em 2007 e contribuiu paulatinamente na expansão do ensino superior em diferentes escalas na rede urbana brasileira (MEC, 2010; 2022).

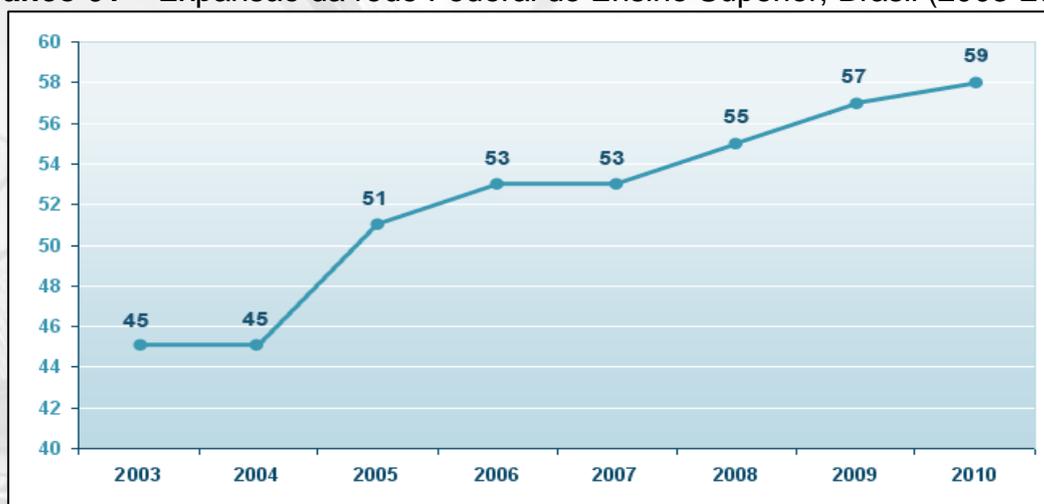
Não obstante, o Reuni, desde sua formulação, teve na base os seguintes objetivos: 1º garantir às universidades as condições necessárias para a ampliação do acesso e permanência na educação superior; 2º assegurar a qualidade por meio de inovações acadêmicas; 3º promover a articulação entre os diferentes níveis de ensino, integrando a graduação, a pós-graduação, a educação básica e a educação profissional e tecnológica; e 4º otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e da infraestrutura das instituições federais de educação superior.

¹ Esse sistema executa a seleção dos estudantes com base na nota do Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM.

Nos primeiros anos do século XXI a educação ocupou lugar de destaque em diferentes esferas, com influência econômica, política e cultural, bem como, da vida social de tensão pelas disputas dos projetos societários de diferentes grupos e segmentos sociais, a educação em si, marca especificamente conquistas da hegemonia política e cultural na e das sociedades (PIANA, 2009).

Grosso modo, a expansão em novas IES — construção de *campus*, criação de curso e aumento de matrículas no país — inicia-se em 2003; e no quesito Rede Federal, o aumento data de 2005, conforme apontam dados do MEC em 2010 (Gráfico 01).

Gráfico 01 – Expansão da rede Federal de Ensino Superior, Brasil (2003-2010)



Fonte: Ministério da Educação (2010).

Vale ressaltar que em 2001 o país tinha 504.797 matrículas na modalidade federal, número que aumentou para 938.656 em 2010. No período 2007 - 2010 esse crescimento correspondeu a 46,4%; e no período 2009 - 2010 o crescimento foi de 11,8% (MEC; INEP, 2010). A expansão, que a princípio se fez pertinente em números quantitativos, se alarga na direção de uma política nacional-governamental que acaba por alcançar diferentes escalas, por meio da implantação em diferentes espaços do país.

A expansão da Rede Federal de Educação Superior teve início em 2003 com a interiorização dos campi das universidades federais. Com isso, o número de municípios atendidos pelas universidades passou de 114 em 2003 para 237 até o final de 2011. Desde o início da expansão foram criadas 14 novas universidades e mais de 100 novos campi que possibilitaram a ampliação de vagas e a criação de novos cursos de graduação (MEC, 2010).

Segundo o Plano de Desenvolvimento da Educação, o Reuni propicia que cada instituição encontre, autonomamente, seu caminho de desenvolvimento quando, em plena

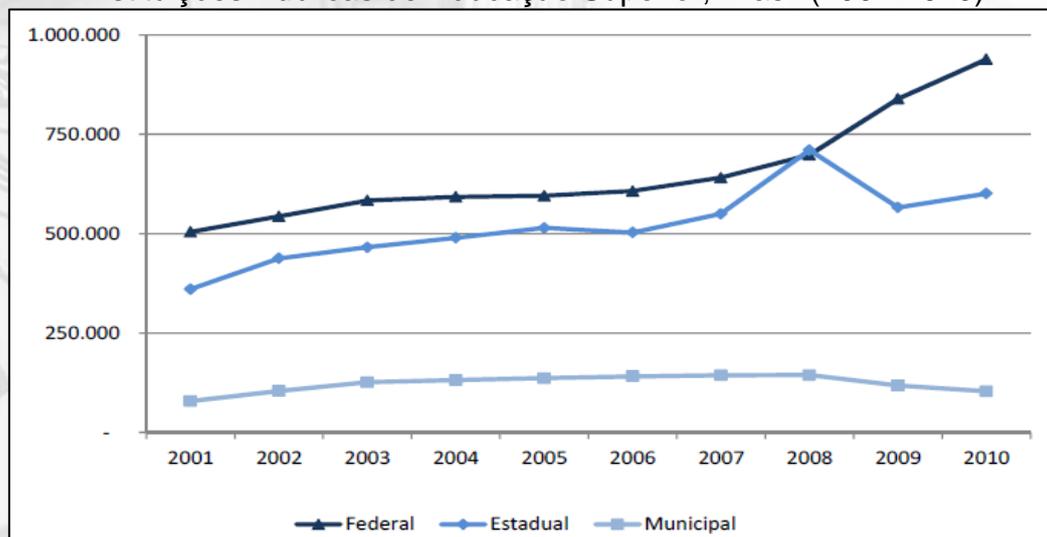
revolução científica, as fronteiras entre áreas do conhecimento tornam-se tênues, assim, novas possibilidades de formação vão se delineando. De acordo com o referido documento,

Não há como construir uma sociedade livre, justa e solidária sem uma educação republicana, pautada pela construção da autonomia, pela inclusão e pelo respeito à diversidade. Só é possível garantir o desenvolvimento nacional se a educação for alçada à condição de eixo estruturante da ação do Estado de forma a potencializar seus efeitos (HADDAD, 2007, p. 05).

Compreende-se que o enlace entre educação e ordenação territorial seja essencial, na medida em que é no território que as clivagens culturais e sociais, dadas pela Geografia e pela História, se estabelecem e se reproduzem. Desse modo, as disparidades de oportunidades educacionais podem ser territorialmente demarcadas, sejam entre: centro-periferia, cidade-campo e capital-interior (HADDAD, 2007).

De acordo com o MEC, foram as IES federais que mais ocuparam matrículas entre 2001-2010 na rede pública, que conta também com IES municipais e estaduais², mas no ano de 2008 esse número sobe e continua a crescer até 2010 (Gráfico 02).

Gráfico 02 – Evolução do Número de Matrículas (presencial e a distância) nas Instituições Públicas de Educação Superior, Brasil (2001-2010)



Fonte: Ministério da Educação (2010).

A elevação do número de matrículas nas esferas públicas também contribuiu para desconstruir disparidades regionais na distribuição da oferta de ensino superior. A seletividade na oferta da instalação do ensino superior no país pode ser relacionada com

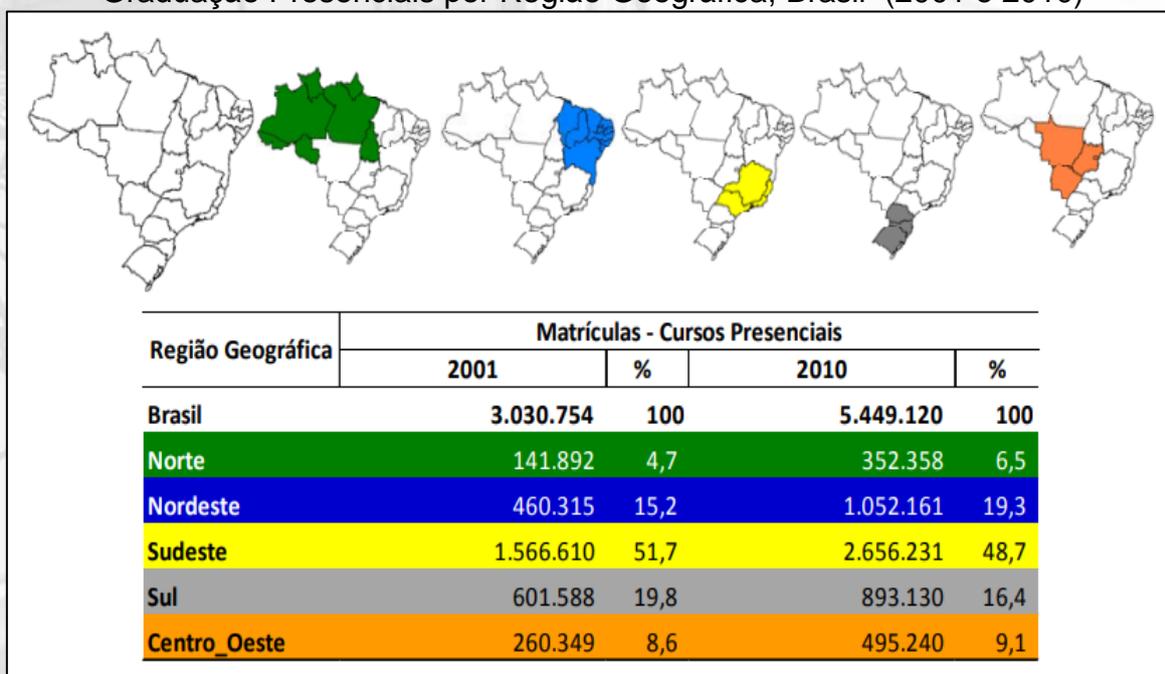
² O Gráfico 02 demonstra uma elevação pontual, no ano de 2008, no número de matrículas das instituições estaduais. Essa elevação ocorreu nos cursos à distância. No entanto, devido ao credenciamento de uma instituição estadual na oferta desses cursos, houve queda no número de matrículas em 2009 (MEC, 2010).

as especializações produtivas e as especializações educacionais, nesse sentido, é a partir da homogeneização dos saberes que se expande a fronteira educacional, como afirmam Santos e Silveira (2000), e acrescentam,

A educação é um bem a ser consumido, e esse consumo é cada vez mais produtivo. A educação e as atividades que lhe são ligadas, direta e indiretamente, desempenham um papel na geração da riqueza local, justificando, de um ponto de vista econômico e não apenas cívico ou cultural, o legítimo interesse das administrações municipais em sua instalação e desenvolvimento (SANTOS; SILVEIRA, 2000, p. 60).

Tal posicionamento caminha para compreendermos as divergências regionais no Brasil, desde os investimentos econômicos até os educacionais, que deveriam ser distribuídos igualmente, mas acabam por reverberar em profundas desigualdades. No que concerne à distribuição da oferta de ensino superior, até o ano de 2001, as matrículas concentravam-se na região Sudeste, com 51,7%, e na região Sul, com 19,8% (Figura 02).

Figura 02 – Distribuição e Participação Percentual de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais por Região Geográfica, Brasil (2001 e 2010)



Fonte: Ministério da Educação (2010).

Como podemos observar, a participação percentual no número de matrículas das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país aumentou de 2001 para 2010 — em contrapartida ao decréscimo da participação das regiões Sudeste e Sul —, resultado de um

fato histórico: os investimentos nessas áreas do país e de políticas planejadas de cima para baixo (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Com isto, a implantação de tais políticas e seus impactos dependem de:

[...] sua finalidade, execução, bem como do construto histórico-social daquele determinado território, enquanto elemento interveniente na/da política. A criação de novas instituições de ensino instaladas na região Nordeste do Brasil, bem como a expansão de novos cursos nas instituições já existentes, a partir de ações públicas, é tema hodierno que vem sendo estudado por diferentes áreas, como a demografia, a geografia, a sociologia, entre outras (ALVES; FREITAS, 2021, p. 117).

Em pesquisa realizada no Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior, Cadastro e-MEC, e na plataforma de IES, constatamos que atualmente a região Nordeste conta com 35 universidades, sendo 19 federais e 16 estaduais, que se distribuem em mais de 150 *campi* em 150 Municípios, ou seja, onde até o ano de 1999 só existiam 49 *campi* (construídos no período 1808-1999) mais de 100 *campi* foram construídos após os anos 2000, levando o ensino superior a diferentes centros urbanos, com população e função distintas.

Com um maior número de cursos presenciais, e de novas IES em regiões historicamente esquecidas de investimentos transversais, como as evidenciadas na Figura 02, cidades de menores funções na hierarquia urbana e distantes dos maiores centros populacionais puderam aparecer com maiores funções intraurbanas e interestaduais por meio da criação de uma universidade pública, é o que explica a próxima seção.

4 O REUNI NAS PEQUENAS E MÉDIAS CIDADES: ESTUDO A PARTIR DA UFERSA

Com a adaptação de universidades à política do Reuni, muitas cidades no país puderam desempenhar encargo na rede urbana, até mesmo cidades de pouco mais de 10 mil habitantes, como ocorreu em Lençóis, na Bahia, ou em Angicos, no Rio Grande Norte. Houve também uma mudança significativa no cenário nordestino, relativa às funções das cidades médias, que passaram a crescer com mais intensidade, de modo que municípios de 100 mil a 2 milhões de habitantes ganharam peso relativo, como pontua Araújo (2014). Assim, vale ressaltar que:

[...] uma das fontes de dinamismo dessas cidades, ao lado do crescimento do comércio e dos serviços, impulsionados pela elevação da renda das

famílias do seu entorno, foi a expansão e interiorização do ensino superior (ARAÚJO, 2014, p. 551).

Muito embora tenha sido uma política nacional setorial, teve uma diretriz firme de enfrentamento das diferenças regionais. Para a autora, até o ano de 2002 a localização das universidades federais revelava a herança de concentração que marcou o Brasil em sua formação histórica, que privilegiava o Sudeste, o Sul e o litoral.

A expansão do REUNI possibilitou a interiorização das universidades públicas, processo pioneiramente realizado pelas universidades estaduais que buscaram cumprir esse papel de democratizar as portas de entrada para alunos no ensino superior no interior dos estados (GUMIEIRO, 2019, p. 1001).

A cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, vem se apresentando como importante nó, considerada como uma Capital Regional pelo estudo de Regiões de Influência das Cidades (REGIC, 2020), pois polariza “vários outros municípios, inclusive localizados nos vizinhos Estados do Ceará e da Paraíba poderiam fazer parte do espaço não metropolitano organizado a partir de Mossoró, notadamente através das atividades do setor terciário por ele comandados” (ELIAS; PEQUENO, 2010, p. 107). Foi nesta cidade onde a UFERSA foi fundada, no ano de 2005, fruto da transformação da antiga Escola Superior de Agronomia de Mossoró, a ESAM, fundada em 1967.

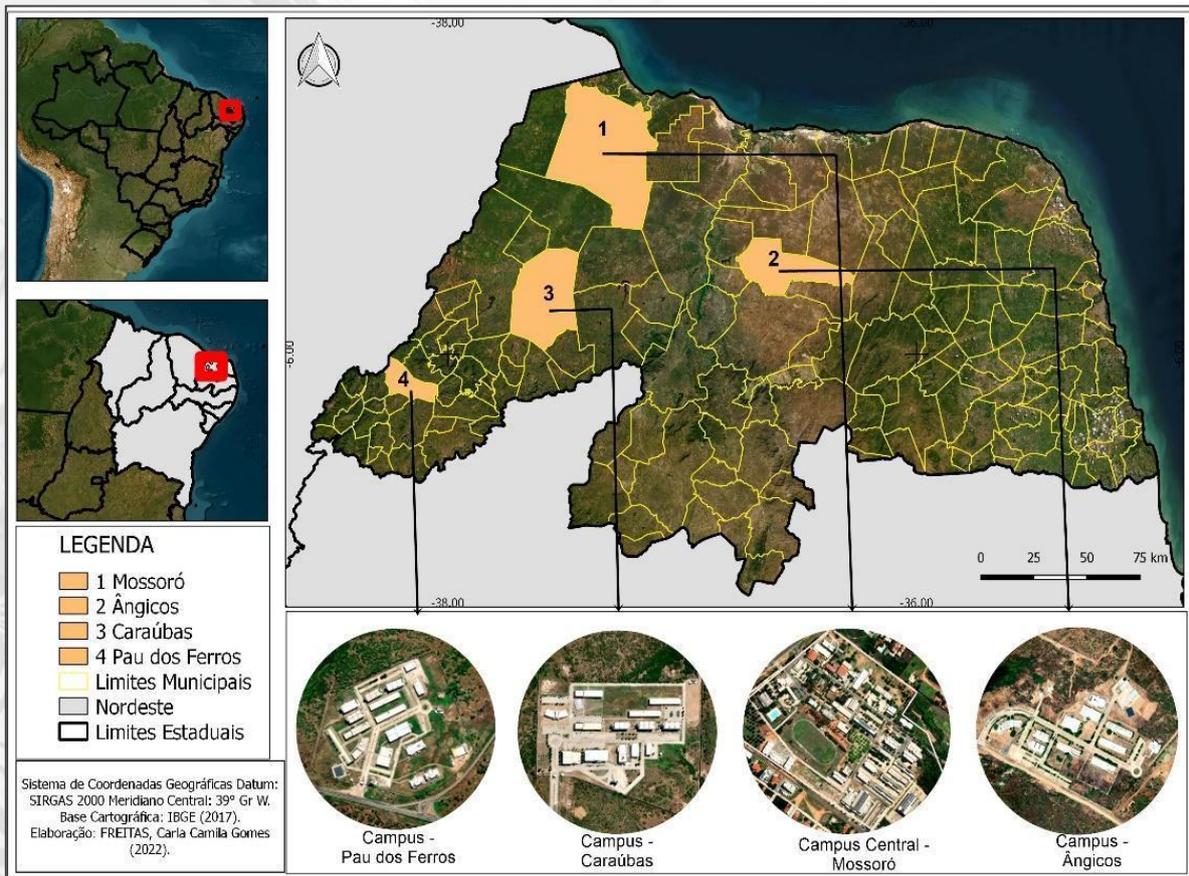
No ano de 2003, o diretor da então ESAM promoveu em Mossoró o II Encontro dos Reitores das Universidades Federais Rurais, onde foi publicada a Carta de Mossoró em apoio à transformação da ESAM na Universidade Federal Rural do Semi-Árido, que foi encaminhada ao ministro da educação à época. Assim, em 29 de julho de 2005, o presidente da república (Luiz Inácio Lula da Silva), sanciona a Lei nº 11.155, que cria a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (BRASIL, 2005).

Essa instituição, com multicampi, distribuída no semiárido nordestino e no sertão norte-rio-grandense (mapa 01), contribuiu e tende a contribuir na expansão do ensino superior nos diferentes espaços interioranos, por meio da organização em centros.

Por sua vez, a estrutura multicampi foi iniciada com a criação do *campus* de Angicos – RN, no ano de 2008. Representando o início do processo de expansão das atividades de ensino, pesquisa e extensão, esta ampliação foi resultado da adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Já o *campus* Caraúbas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido foi uma segunda

graduação universitária implantada pela UFERSA através do Reuni, tendo início de funcionamento em 16 de agosto de 2010, com 100 alunos matriculados inicialmente, cujo ingresso se deu por meio do SISU (Sistema de Seleção Unificado), no curso de Ciência e Tecnologia. Por sua vez, em 18 de abril de 2012, foi pactuada, junto ao MEC, a criação do *campus* da UFERSA no município de Pau dos Ferros (também criado pelo Reuni).

Mapa 01 – Espacialização da UFERSA em municípios do Rio Grande do Norte



Fonte: Elaborado pelas autoras, 2022.

Diferentemente de Mossoró, cidade de origem da IES ora estudada, os demais municípios onde foram construídos os novos *campi* podem ser considerados cidades pequenas, uma vez que, juntos, somam menos de 100 mil habitantes (IBGE, 2022). As cidades de Caraúbas e Angicos são Centros de Zona B, e Pau dos Ferros, com seu histórico de centralidade no Oeste do estado e estados fronteiriços (Ceará e Paraíba), é atualmente o Centro Sub-Regional B (REGIC, 2020). Não obstante, não julgamos tais cidades por meros números populacionais e sim por suas funções (CORRÊA, 2011). Deste modo, a própria presença de uma universidade pública atrai pessoas de diferentes partes da região, sejam alunos, técnicos ou professores.

Juntos, os quatro *campi* somam 41 cursos de graduação (bacharelado e licenciatura) (Quadro 01), 21 no *campus* Central e 20 nos 3 multicampi, além dos cursos de pós-graduação.

Quadro 01 – Oferta de cursos de graduação nos *campi* da UFERSA

CAMPUS	CURSOS	CAMPUS	CURSOS
<i>Campus</i> Central – Mossoró	Administração Agronomia Biotecnologia Ciência da Computação Ciência e Tecnologia Ciências Contábeis Direito Ecologia Engenharia Agrícola e Ambiental Engenharia Civil Engenharia Elétrica Engenharia Florestal Engenharia Mecânica Engenharia Química Engenharia de Pesca Engenharia de Petróleo Engenharia de Produção LEDOC Medicina Medicina Veterinária Zootecnia	<i>Campus</i> – Caraúbas	Ciência & Tecnologia Engenharia civil Engenharia Elétrica Engenharia Mecânica Letras – Inglês Letras – Libras Letras – Português
CAMPUS	CURSOS	CAMPUS	CURSOS
<i>Campus</i> – Ângicos	Bacharelado em Ciência e Tecnologia Bacharelado em Sistemas de Informação Engenharia de Produção Engenharia Civil Licenciatura em Computação Licenciatura em Pedagogia	<i>Campus</i> – Pau dos Ferros	Arquitetura e Urbanismo Ciência e Tecnologia Engenharia Ambiental e Sanitária Engenharia Civil Engenharia da Computação Engenharia de Software Tecnologia da Informação

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de dados da UFERSA (2022).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2021-2025), essa IES contava com aproximadamente 10.250 discentes de graduação e 717 discentes de pós-graduação, além de 701 docentes e 540 técnicos-administrativos. Como vimos no Quadro 01, os cursos de graduação são distribuídos nas diversas áreas do conhecimento, desde a formação de professores até as áreas da saúde e das tecnologias, cumprindo relevante intermediação na produção de conhecimentos.

A interação que permeia as cidades de diferentes portes demarca o espaço onde existe o fenômeno urbano, assim, a rede urbana não pode ser descrita como homogênea, ela é interconectada por diferentes pontos, nós e interações espaciais onde ocorrem trocas múltiplas e reprodutoras (SPOSITO; SILVA, 2013).

O desenvolvimento de novas funções urbanas, criadas por grupos locais ou regionais ou por interesses extra-regionais, suscita o aumento demográfico e a multiplicação de novas atividades não-básicas ou das já existentes. A relação se mantém, mas é possível que uma cidade, sob o impulso de novas funções passe de cidade pequena para cidade média ou desta para o status de cidade grande (CORREIA, 2007, p. 24).

De maneira gradativa, a expansão do ensino superior no país ocorreu nos últimos anos (2003-2014), em boa parte fora dos grandes centros, nas chamadas cidades médias e pequenas. Tal fenômeno vem contribuindo, mormente, para o desenvolvimento das cidades em que são instalados os *campi* universitários, além dos municípios que o circundam (DANTAS; CLEMENTINO, 2014). Nesse contexto, destacamos que a expansão da UFERSA e sua influência, foi evidenciada em teses e dissertações já defendidas nos recortes de Mossoró e Pau dos Ferros. Paiva (2015), considera Pau dos Ferros e Mossoró como cidades de porte médio por exercerem polaridade regional, e explica que a influência da IES em Mossoró atinge diversos estados no Brasil, quanto a Pau dos Ferros, o maior número de alunos se concentrou na própria região Nordeste.

Referente o número de matrículas, Costa (2018), explica que além do aumento no número de matrículas no ensino superior com a inserção da UFERSA em Pau dos Ferros, a implementação valorizou os terrenos próximos, como o bairro São Geraldo, ao qual ocorreu de maneira explícita, tendo em vista que se tratava de uma área desvalorizada e com baixa atratividade no mercado imobiliário.

Sobre a expansão de cursos, Bezerra (2016), em sua tese sobre a cidade e região de Pau dos Ferros, já havia atentado para o surgimento de novos cursos na UFERSA, como fator de impacto no número de alunos nesta instituição e, conseqüentemente na cidade com novas demandas, novos professores e técnicos, que reverberam em mais serviços de hospedagem e alimentação na cidade.

Sobre a função da UFERSA, Freitas (2021), ao estudou a região-fronteira interna do Alto Oeste Potiguar, explica que o ensino superior tem papel importante no estado do RN e os fronteiriços Ceará e Paraíba, onde a UFERSA se apresentou com preponderante intermediação na oferta de cursos tecnológicos. Acredita-se, que tais trabalhos estão

estritamente ligados à dinâmica que essas duas cidades compõem na rede urbana, em convergência de Angicos e Caraúbas, menos conhecidas, mas que merecem pesquisas mais aprofundadas, após a criação da UFERSA.

Cidades e universidades, em linhas gerais, são a expressão viva de como a sociedade se relaciona entre si, bem como a inspeção por meios de reconhecimento e convívio com os mais diferentes grupos sociais (PINHEIRO, 2018). Não obstante, em um período em que as diversas tecnologias de informação e comunicação (TICs) se fazem cada vez mais presentes em distintas escalas, a realização de fluxos ocorre não apenas verticalmente, mas também horizontalmente e transversalmente entre níveis diferentes de uma rede urbana e de redes urbanas diversas (SPOSITO, 2014).

Nas áreas em que existem uma maior densidade de técnicas especializadas, de ciência e informação, como as engenharias, área da saúde e saberes, atrelam-se diretamente ao desenvolvimento da cultura industrial do fim do século XX e uma nova cultura informacional e organizacional do início do século XXI (SANTOS; SILVEIRA, 2000).

Vale ressaltar que entre 2016 e 2022 o país vivenciou cortes de verbas para o desenvolvimento da educação e em diversas áreas de desenvolvimento científico, no entanto “o processo e curso das novas dinâmicas no Semiárido promovidas pelo Estado é inexorável, não cabendo mais um movimento de regressão” (ALVES; FREITAS, 2021, p. 132). Entre esta e outras questões, cabe aos pesquisadores e às universidades públicas destacarem a relevância do acesso ao ensino superior gratuito.

Neste limiar, a criação de novas universidades e a expansão das já existentes possibilitam diferentes encontros nas redes, por meio dos deslocamentos de pessoas, informações e conhecimentos. Quando se constrói um *campus* universitário, não é só o material que é novo no espaço geográfico, afinal, todas as interações reverberadas por esta instituição pública tendem a condicionar novas dinâmicas no espaço.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente artigo, pôde-se identificar que o início do século XXI, no Brasil, foi marcado por políticas públicas diversas, que, embora tenham sido planejadas como sociais, acabaram condicionando melhorias nas condições de vida, como pontuam alguns autores. Em segundo lugar, vale ressaltar que a política de expansão da oferta de ensino superior no país não ocorreu de maneira isolada, embora houvesse a necessidade de

desconcentração desta modalidade de educação no mundo, em geral; e, sobretudo, em países desenvolvidos que, atualmente, já passaram por tais transformações.

No que concerne ao acesso de alunos a cursos de graduação, antigas disparidades na distribuição de matrículas puderam ser minimamente mudadas, é o que depreende-se dos dados do Ministério da Educação para o período 2001-2010, bem como da preponderante presença da rede federal no cumprimento de tais matrículas na esfera pública.

Outro ponto diz respeito ao aumento de novos *campi* universitários em todo território, bem como à importância da adaptação à política do REUNI, responsável por levar um planejamento nacional-governamental para diferentes cidades, com tamanhos e funções diversas na rede urbana. Entretanto, foram tais políticas que possibilitaram a federalização da UFERSA em 2005, que, com a efetivação ao REUNI, pôde se expandir no Rio Grande do Norte, onde hoje apresenta um quadro significativo de alunos e funcionários, condicionando uma dinâmica própria entre sociedade e universidade dentro do semiárido nordestino.

Por fim, acredita-se que outras pesquisas futuras possam melhor explicar a importância das políticas públicas educacionais para a sociedade, para o desenvolvimento e crescimento econômico, para amenizar as disparidades regionais e para as dinâmicas internas das cidades, bem como das transformações no urbano-regional. Compreendemos que para as próximas produções também possam ser considerados outros indicadores de influência, como a mobilidade populacional que as IES desempenham no Rio Grande do Norte e Nordeste, na busca de explicar como tais políticas contribuem em novas dinâmicas entre pequenas e médias cidades, seja nos deslocamentos dos alunos, dos técnicos e dos professores.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. da S. F.; FREITAS, C. C. G. POLÍTICAS EDUCACIONAIS E INTERIORIZAÇÃO: Nova dinâmica urbano-regional e instituições públicas de ensino no semiárido brasileiro. **Sociedade e Território**, v. 33, n. 1, p. 116–135, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/sociedadeeterritorio/article/view/23432>>. Acesso em: 2 fev. 2023.

ARAÚJO, T. B. de. Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas. In: GUIMARÃES, P. F. *et al.* **Um olhar territorial para o desenvolvimento**: Nordeste. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 540-560. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2801>>. Acesso em: 13 jun. 2020.

BEZERRA, J. A. **A cidade e região de Pau dos Ferros**: por uma geografia da distância em uma rede urbana interiorizada. 429 f. Tese (Doutorado em Geografia), Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza-CE, 2016.

BRASIL. **LEI Nº 11.155, DE 29 DE JULHO DE 2005**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11155.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.155%2C%20DE%2029,RN%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL. **Ministério de Minas e Energia**. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/canais_atendimento/ouvidoria/perguntas-frequentes/programa-luz-para-todos>. Acesso em: 20 de nov. 2022.

BRASIL. **Ministério da cidadania**. Disponível em: <http://mds.gov.br/acl_users/credentials_cookie_auth/require_login?came_from=http%3A/mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia>. Acesso em: 20 nov. 2022.

BRASIL. **Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao ensino médio**. Ministério da Educação, Brasília, 2007, 59 p.

CAMILO, S. C. A. O Processo de Bolonha e o REUNI: análise da mobilidade estudantil na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (2008-2012). In: **ANAIS XI Congresso Internacional de Tecnologia na Educação**. Recife, 2013, p. 01-16.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, p. 23-33.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GeoUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, 2011, p. 05-12.

COSTA, F. D. F. da. **Expansão recente do ensino superior público e desenvolvimento regional**: estudo de caso da região de Pau dos Ferros/RN. Dissertação (mestrado), Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido, UERN, Pau dos Ferros, 2018, 167 f.

DAMBROS, M.; MUSSIO, B. R. Política educacional brasileira: a reforma dos anos 90 e suas Implicações. In: **Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul**, Florianópolis, v. 10, 2014, p. 01-15.

DANTAS, J. R. de Q.; CLEMENTINO, M. do L. M. A expansão do ensino superior e as cidades médias: um estudo sobre a atuação da UERN/ Campus de Pau dos Ferros (RN). Rio de Janeiro. **Revista Política e Planejamento Regional**, v. 1, n. 2, 2014, p. 227-236.

FREITAS, C. C. G. **MOVIMENTOS PENDULARES E REGIÃO DE FRONTEIRA INTERNA**: A Interiorização do ensino técnico e superior em Pau dos Ferros-RN. Pós-Graduação em Planejamento e Dinâmicas Territoriais no Semiárido, UERN, Pau dos Ferros:RN, 2021, 121 f.

GIL, A. C. **COMO ELABORAR PROJETOS DE PESQUISA**. 4º ed. São Paulo: atlas, 2002.

GUMIERO, R. G. Avaliação da Expansão do REUNI UFGD no Mato Grosso do Sul. **INTERAÇÕES**, v. 20, 2019, p. 989-1003.

DELGADO, T. C. G.; SILVA, R. de C. da. A IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL. Bertioaga, **FABE em Revista**, v. 8, 2018, p. 67-78.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais. In: SPOSITO, M. E. B.; ELIAS, D.; SOARES, B. R. (orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

FREIRE, H. P. **Território, cidade média e interiorização da universidade pública: a atuação da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN**. Tese (doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, UECE, Fortaleza, 2020, 224 f.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **IBGE Cidades**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/itapipoca/panorama>> Acesso em: 12 nov. 2022.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101728.pdf>> Acesso em: 20 nov. 2022.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticase-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>> acesso em: 28 mar. 2021.

JESUS, J. A. S. de. **A política de expansão e interiorização do ensino superior através da Universidade Aberta do Brasil: a experiência da UNIVASF no Vale do Submédio São Francisco**. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Gestão De Políticas Públicas E Segurança Social, UFRB. Cruz das Almas: BA, 2016. 105 p.

MEC. **Ministério da Educação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/>>. Acesso em: 20 nov. 2022.

MEC - Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior Cadastro e-MEC**. Disponível em: <<https://emec.mec.gov.br/>> Acesso em: 20 nov. de 2022.

MELO, R. O. L. de. Uma janela de oportunidade para o Nordeste. In: GUIMARÃES, Paulo Ferraz *et al.* **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014. p. 464-501. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2801>>. Acessado em: 13 jun. 2020.

MULLER, P.; SUREL, Y. **A ANÁLISE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS**. Pelotas: Educat, 2002. 156p.

HADDAD, F. **O PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO**: razões, princípios e programas. Ministério da Educação, 2007.

OLIVEIRA, A. F. de. Políticas públicas educacionais: Conceito e contextualização numa perspectiva didática. In: OLIVEIRA, A. F. De; PIZZIO A.; FRANÇA, G. **FRONTEIRAS DA EDUCAÇÃO: DESIGUALDADES, TECNOLOGIAS E POLÍTICAS**. PUC: Goiás, 2010, p. 93-99.

PAIVA, R. S. **Expansão da rede de ensino técnico e superior no estado do Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2015.

PEREIRA, A. R. M. dos S. **Campus Pontal da UFU**: Espaço socialmente produzido a partir das políticas de expansão do acesso ao ensino superior. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFU, Ituiutaba: MG. 2018, 132 p.

PIANA, M. C. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. Editora UNESP, SP. 2009. p. 57-83. Disponível em:
<<https://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>> Acesso em: 13 jan. 2023.

PINHEIRO, C. H. L., Cidade, Universidade e percepções docentes no contexto da expansão interiorizada do ensino superior público no estado do Ceará. **INTERthesis**, Florianópolis, v.15, n.2, 2018, p.38-54.

REGIC. **Regiões de influência das cidades – 2018**. Coordenação de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 192 p.

REUNI. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano**. Ministério da Educação, 2009, 17 p.

ROCHA, C. L.; VAIDERGORN, J. Processo de Bolonha: a criação de um Espaço Europeu de Ensino Superior e possíveis influências nas Universidades Brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 5, p. 1-8, 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O ensino superior público e particular e o território brasileiro**. Brasília-DF, ABMES, 2000.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro/ São Paulo: Record. 2001.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. USP/São Paulo, 2006.

SENADO FEDERAL. **Lei nº 11.155, de 29 de julho de 2005**. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11155.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.155%2C%20DE%2029,RN%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias> Acesso em: 15 ago. 2022.

SENA, K. B. P.; BOMTEMPO, D. C. MIGRAÇÃO INTERNACIONAL E TERRITORIALIDADES: A PRESENÇA DOS AFRICANOS NO CEARÁ NO INÍCIO DO SÉCULO XXI. **Brazilian Geographical Journal**. v. 9, 2018, p. 4-22.

SPOSITO, E. S.; SILVA, P. F. J. da,. **Cidades pequenas: Perspectivas teóricas e transformações Socioespaciais**. Jundiaí, paco editorial, 2013.

SPOSITO, M. E. B. Cidades médias e pequenas: as particularidades da urbanização brasileira. In: DIAS, P. C.; LOPES, D. M. F. **Cidades médias e pequenas: desafios e possibilidades do planejamento e gestão**. Salvador, n 95, 2014, p. 23-35.

UFERSA. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. 2021, 205 p. disponível em: <https://documentos.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/79/2022/01/PDI-UFERSA-21-25-FINAL-20_01_2022_COM-ANEXOS.pdf>. Acesso em: 20 out. 2022.

VALENÇA, M. R. **Os novos papéis e funções da cidade média de Caruaru/PE: uma análise a partir da expansão do ensino superior**. Tese (doutorado), Pós-Graduação em Geografia, UFPB, João Pessoa, 2018, 195 f.
